

As tensões do “racismo à brasileira” na formação das ligas nos primórdios do futebol paulistano (1902-1929)

The tensions of “Brazilian racism” in the formation of leagues in the early days of São Paulo football(1902-1929)

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão¹, Sergio Settani Giglio², Antonio Jorge Gonçalves Soares³

Como citar esse artigo. ABRAHÃO, B. O. L. GIGLIO, S. S. SOARES, A. J. G. As tensões do “racismo à brasileira” na formação das ligas nos primórdios do futebol paulistano (1902-1929). **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 14, n. 3, p. 204-216, set./dez. 2023.

Resumo

Este artigo objetiva problematizar as dissidências e criações de ligas na popularização do futebol de São Paulo nas três primeiras décadas do século XX (1902-1929). Mapeamos a literatura sobre a história do futebol em São Paulo entrelaçando-a à questão racial. As conclusões indicam que o debate racial atravessava a popularização da modalidade que começava a ser difundida e praticada por diferentes classes sociais nos clubes esportivos da cidade. A presença desse racismo silencioso e travestido por marcadores como classe social, renda, círculo de relações, entre outros, gerou debates sobre a integração e a reafirmação de uma nação liberal e republicana construída com as reminiscências dos valores culturais oriundos da ordem escravocrata que se refletiam nas tensões da constituição das primeiras ligas que organizaram o futebol em São Paulo.

Palavras-chave: Futebol; Racismo; São Paulo; História.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

This article aims to problematize the dissidences and the creation of leagues in the popularization of football in São Paulo in the first three decades of the 20th century (1902-1929). We used as a methodology the literature review. The conclusions indicate that the tensions in the popularization of football in São Paulo crossed the racial debate at that moment, in which the sport was beginning to be spread and practiced by different social classes in sports clubs. The presence of this silent racism, disguised by markers such as social class, income, relationship circle, among others, reveals the debates about integration and the reaffirmation of a liberal and republican nation built with the reminiscences of values originating from a slave-owning order that were reflected in the constitution of the football leagues in São Paulo.

Keywords: Football; Racism; São Paulo; History.

Introdução

O futebol se radicou no Brasil na esteira de transformações sociais, culturais e políticas, como o fim da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), na virada do século XIX para o XX. Intimamente relacionado com o processo de modernização das cidades e essencialmente ligado aos valores urbanos e civilizatórios, o papel dos clubes sociais/esportivos foi importante no desenvolvimentos de novas sociabilidades formadas a partir de uma perspectiva de classe já que congregavam imigrantes europeus e os economicamente abastados das cidades. Eles foram uma das vias de difusão do esporte originalmente inglês no Brasil. Outra via foi através dos trabalhadores ingleses das estradas de ferro e das

Afiliação dos autores:

¹Departamento de Educação Física da Faculdade de Educação -FACED - Universidade Federal da Bahia-UFBA – Av. Reitor Miguel Calmon, s/n – Vale do Canela, Salvador - BA, 40110-100. Telefone: 71 9 9111 0778 - E-mail: bruno.abrahao@ufba.br

²Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP Campinas – São Paulo - Brasil

³Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - Brasil.

* Email de correspondência: bruno.abrahao@ufba.br

Recebido em: 06/02/2022. Aceito em: 23/11/2023.

fábricas de tecelagem que formaram clubes operários reunindo estrangeiros e brasileiros para a prática do futebol. O esporte bretão se difundiu e foi apropriado pelas classes populares formando clubes ou times varzeanos que ocupavam territórios desocupados ou periféricos das cidades com a prática do futebol (SEVCENKO, 1994).

As três primeiras décadas do século XX marcam uma reorganização do futebol no Brasil e o estabelecimento de novas fronteiras uma vez que deixava de ser amador e se tornava profissão. Com efeito, se formou um atraente mercado laboral para as camadas populares beneficiadas com a concorrência entre os clubes e a debandada dos jovens abastados, desinteressados em se juntar as pessoas que eles identificavam como de uma classe social inferior. Na fase amadora, não raro, houve alguma forma de burlar as regras estabelecidas colocando em xeque a ideia de que a prática do futebol era uma das marcas de distinção social das classes abastadas que vedava, em tese, à remuneração dos praticantes. Tal norma decorria da moralidade do *ethos* amador que se tornava, ao mesmo tempo, uma estratégia para manter os membros das classes trabalhadoras afastados de certos circuitos de sociabilidade. Caso algum membro da classe trabalhadora participasse de um time aristocrático sua participação era limitada ao campo de futebol e não admitia remuneração. Essa proibição da remuneração era uma espécie de fronteira simbólica que os trabalhadores deveriam transpor nestes clubes onde ocorria parte importante da sociabilidade das classes altas, ou seja, “era um lugar de sociabilidade entre iguais” (DAMO, 2007, p. 74). Certos times surgiam com a finalidade de representá-los contra outras instituições semelhantes, tornaram-se objeto de admiração e despertando o interesse de um público diferente daquele que originalmente frequentava-os. Isso passou a incomodar aos associados que viram aquele espaço de sociabilidade compartilhado por pessoas estranhas. Nesse caso, não havia solução amena: “ou limitava-se os esportes mais populares, caso do futebol, sobretudo, ou mudava-se de clube” (DAMO, 2007, p. 74).

Ainda que o futebol fosse um esporte popular nas primeiras décadas do século XX, nele vigorava uma distinção em termos de classe e cor no momento da participação mais ativa daqueles identificados como pretos neste esporte (SILVA, 2008). Neste sentido, o futebol passou a ser tomado como um espaço de manifestação do preconceito no Brasil já que revelava um traço progressista, na medida em que permitia aos jogadores identificados como pretos serem incorporados pelo mérito naquela ordem liberal, mas também um campo conservador, uma vez que se perpetuavam ranços escravocratas que foram ressignificados na República.

As reminiscências destas assimetrias sociais se refletiam nas primeiras competições do futebol na cidade. Decorrente do ingresso de novos membros nas competições de futebol da capital paulistana nas primeiras décadas do século XX o futebol paulistano se mostrou um palco de denúncias de preconceito no âmbito do esporte, o que ocasionou a criação de novas ligas, como a Associação Paulista de Esportes Atlético (APEA) (Abrahão, 2010). Este artigo objetiva problematizar a dissidência da APEA na popularização do futebol de São Paulo nas três primeiras décadas do século XX (1902-1929) a partir do debate racial da época.

Para compreendermos essa trama tomamos como fonte o livro “*História do futebol no Brasil, 1894 – 1950*”, publicado pelo jornalista paulista Tomaz Mazzoni, em 1950. Esse livro, que se intitula a principal referência sobre o surgimento do futebol em um dos principais centros econômicos do Brasil, dedicou parte da sua atenção para as tensões que estavam colocadas em torno da incorporação dos populares pelo futebol paulista durante as primeiras décadas do século XX.

Na introdução de seu livro, Tomaz Mazzoni (1950) diz:

a história do futebol brasileiro, que iremos ler, foi possível tão somente a 30 anos de arquivo por nós organizado, onde reunimos todos os documentos possíveis e necessários. [...] não se trata, pois, de nenhuma história pelo método “ouvimos dizer”, ou “nos contaram assim assado”. [...] Nossa preocupação foi a de reunir, nessa obra, antes de mais nada, *os maiores dados possíveis acerca dos fatos principais, de importância estritamente nacional. Fatos e episódios de maior vulto, como interesse geral.* [...] Por história devemos ter presente, em

primeiro lugar, a participação do Brasil nos campeonatos internacionais, os jogos de clubes estrangeiros, etc.; a implantação do futebol nos principais Estados, a fundação dos clubes de maior projeção nacional, *os episódios e ocorrências que tiveram repercussão, interesse e movimento na vida do futebol no país*. Foi esse o critério que escolhemos, para escrever a história, não prejudicando, antes de mais nada, os maiores detalhes e feitos, os de maior interesse nacional, quase sempre por obra do futebol de São Paulo e Rio (MAZZONI, 1950, p. 13 – o itálico é nosso).

O debate sobre a entrada das camadas populares em um espaço idealizado para e pela classe social economicamente abastada foi um dos episódios mais significativos nos primórdios do futebol em São Paulo. Além dessa obra clássica da historiografia do futebol brasileiro, acompanhamos o drama da apropriação popular de um esporte abastado através da história do Campeonato Paulista de Futebol, cujos 95 anos foram reunidos em um livro publicado pelos jornalistas Valmir Storti e André Fontenelle (1997) que também rememoram esse imbróglio na história daquele que é “o mais tradicional torneio de futebol do país” (STORTI; FONTENELE, 1997, s/p).

O diálogo com as fontes

Em 1902, representantes do Paulistano, Internacional, Germânia, Mackenzie e São Paulo Athletic Club foram os pioneiros a organizar uma liga - a Liga Paulista de *Football* – e a tomar as medidas relativas à idealização do primeiro Campeonato Paulista de Futebol. Para Franco Jr. (2007), a criação dessas ligas agregava os clubes das classes abastadas economicamente, obedecia às normas de organização social daqueles que se identificavam como legítimos herdeiros do futebol inglês e revelava a forma de exclusão que operava na cultura daquele período.

O primeiro Campeonato Paulista foi disputado de maio a outubro de 1902, para evitar os meses com temperaturas mais elevadas. Os jogos eram disputados no Parque Antártica, onde o Germânia¹ arrendara o campo, e também jogava ora na chácara Dulley², ora no Velódromo, estádio da rua Consolação onde se disputavam provas de ciclismo (STORTI; FONTENELLE, 1997).

Os campos onde teria se originado o Futebol Paulista são os mesmos citados por Mazzoni onde se vivenciava o “pequeno futebol”. Mazzoni (1950, p. 85) entende que a fase de infância do futebol brasileiro encerrou em 1912. Em 1913 começou a fase da juventude: “Tudo crescia, tudo se desenvolvia, o ‘association’ nacional já era moço. O ano de 1913 iria ser movimentadíssimo, cheio de iniciativas, novos craques revelavam a nova geração, [...] e, ademais, o futebol brasileiro tinha em São Paulo a sua primeira grande cisão, surgindo a APEA”.

Embora a periodização de Mazzoni possa propor o futebol como se fosse uma maturação biológica que permitiria pensar em infância, juventude e fase adulta, ela por consequência gera uma ideia que naturaliza os processos de disputas pelos quais o desenvolvimento do futebol no Brasil passou. Ou seja, ao naturalizá-lo, Mazzoni coloca em segundo plano o campo das disputas (e o tema do racismo, por exemplo, passa despercebido) e não pensa a periodização a partir das rupturas, tal como o surgimento da Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) que poderia ser um marco para uma periodização do futebol no país.

O acontecimento referido em 1913 foi a fundação da APEA - que cindiu com a Liga Paulista que começava a ser frequentada pelo proletariado. A causa dessa separação aconteceu quando o Clube

1 O Sport Club Germânia foi fundado pelo alemão Hans Nobiling em 1899. O Germânia é o atual Esporte Clube Pinheiros. Ver: Gambeta (2014), Mendes (2021) e Santos Neto (2002).

2 “Entre 1899 e 1906, a Chácara Dulley foi loteada e arruada, depois de concedida uma isenção de impostos por cinco anos pela Prefeitura para que a família proprietária o fizesse e entregasse à municipalidade ruas para o trânsito público (STRE-APCO, 2016, p. 23).

Paulistano, incomodado com a participação de jogadores de origem popular que começavam a frequentar o abastado futebol na capital rompeu com a Liga Paulista de Futebol e fundou a APEA. De acordo com Caldas (1990), a Liga Paulista fundada em 1901 foi extinta em 1913 devido a sua inexpressividade, sendo que a APEA foi criada com o objetivo de organizar o futebol paulista. A cisão de um clube associado às classes abastadas da cidade e a criação de novas ligas oriundas da insatisfação dos seus membros com a ordem em vigor revela as tensões presentes na implementação do futebol naquela capital deflagradas pelo crescente desempenho que o jogador preto, ou com marcas das classes populares, começava a apresentar naquelas primeiras décadas do século XX (MAZZONI, 1950).

Mazzoni relata a origem do dissídio da seguinte maneira:

[...] esse e outros incidentes deploráveis, que se tornaram comuns, originaram a formação de dois partidos no seio da liga: um, era favorável à seleção rigorosa, quer dizer, exigia que os quadros fossem constituídos de rapazes delicados e distintos; outros achavam que semelhante exclusivismo não era esportivo, porque tanto o rico como o pobre tinham direito de jogar.

Com quem estava a razão? Verdade, com nenhum dos dois partidos. A seleção rigorosa, tal como a preconizavam era um absurdo, porque um operário, desde que tenha educação, sabe se portar tão bem como um rapaz de elite. Por outro lado a corrente contrária igualmente exagerava, porque dar, como desejava, ampla liberdade a todos, representava perigo: os maus elementos que há em todas as classes, é certo, mas que são mais numerosos entre o proletariado, se confundiriam com os demais e dessa confusão, evidentemente, o futebol nada teria a lucrar.

Os homens, entretanto, nunca chegaram a acordo satisfatório. Sendo assim, a cisão no seio da Liga Paulista de Futebol era fatal. Faltava um pretexto. (MAZZONI, 1950, p. 85).

O pretexto anunciado por Mazzoni estava relacionado a um imbróglio em função de “uma desinteligência entre a Liga Paulista e o Paulistano em função do campo” (MAZZONI, 1950, p. 85). Contudo, a despeito desse pretexto, Mazzoni relata que a causa da cisão foi o recrudescimento das práticas de distinção através de uma disputa de classe, a partir da qual se observa uma das interpretações sobre a especificidade do preconceito que existe no Brasil cuja principal característica seria a ambiguidade fundada pela coexistência de marcadores fenotípicos (cor dos olhos, formatos do nariz e lábios, textura dos cabelos) combinados com sociais (domínio de linguagem, etiquetas, comportamento e educação).

Essa tensão fez parte da historiografia do Campeonato Paulista que explicita o pretexto que deflagrou a primeira cisão do futebol na cidade. Storti e Fontenelle (1997) apresentam, ano a ano, seus principais acontecimentos, tendo como título “popularização divide o futebol”, o ano de 1913, foi descrito da seguinte maneira:

O ano foi marcado pela primeira cisão do futebol paulista, com a fundação da Associação Paulista de Esportes Atléticos. O pretexto para a criação da nova liga foi banal, mas sua razão verdadeira era mais profunda.

Com a popularização do futebol, os clubes de elite começaram a se queixar da queda do nível dos jogadores e dos torcedores. Essa era, afirmavam, a origem dos freqüentes (*sic*) tumultos que ocorriam durante os jogos. [...]

‘Achamos’ muito justo que os operários, os últimos participem das refregas, mas os operários e os humildes que compreendem que seus deveres de ‘sportmen’, escrevia, ainda em 1918, o cronista Antonio Figueiredo, de ‘O Estado de S. Paulo’.

O estopim da cisão foi uma controvérsia quanto ao estádio que abrigaria os jogos do campeonato. Até então, o Paulistano cobrava 200 mil reis pelo jogo pelo aluguel do

Velódromo. O Germânia ofereceu à Liga alugar o Parque Antártica por 200 mil réis mensais. A Liga aceitou. (...).

O Paulistano anunciou que se retirava da Liga e não demorou a cooptar o Mackenzie e o Palmeiras³. Este se retirara da Liga em 1911. Em 22 de abril, representantes dos clubes fundaram a Apea.

O primeiro campeonato da liga 'de elite' teve apenas esses três clubes.

Sem adversários, o Americano se impôs facilmente no campeonato da LPF, enquanto o Paulistano conquistava o título da Apea e a Taça Jockey Club. Embora apenas três clubes, o campeonato da Apea, mais elitista, teve maior cobertura da imprensa paulistana. A Apea começava a vencer a batalha, mas perderia a guerra da elitização do futebol" (STORTI; FONTENELLE, 1997, s/p).

Temendo arranhar o prestígio desses clubes que passariam a ser frequentados por pessoas de uma condição social diferente daquela dos seus idealizadores, a leitura que pode ser feita da dissidência da APEA em relação a Liga Paulista é que essa foi uma estratégia de manter os valores e a prática do futebol restrito ao grupo que a idealizou, isto é, as classes mais abastadas. Por outro lado, outro grupo seduzido pelo desempenho dos populares nos campos de futebol, propunha que a Liga fosse permeável à participação dos menos favorecidos economicamente. Contudo, uma condição deveria ser cumprida: era necessário que os últimos respeitassem os códigos estabelecidos pelos valores amadores do esporte, valores que pressupunham também a participação sem interesses pecuniários na esfera do lazer.

Diante disso, depreende que uma das causas do dissídio foi a discussão sobre a incorporação ou não dos "populares" em um espaço idealizado pela e para as classes abastadas. Com a cisão, em 1913, houve a disputa de dois campeonatos: um da Liga Paulista de Futebol e outro da APEA. Outra possibilidade de pensar a dissidência relacionava aos valores e projetos que cada um dos grupos (pró-populares e antipopulares) pensava em relação ao futebol. Neste embate havia dois grupos: um que defendia a difusão dos valores liberais do esporte outro que defendia, de forma conservadora, o esporte restrito aos clubes aristocráticos, mantendo-os como espaço de lazer e diversão dos abastados da cidade.

Mazzoni(1950) teria captado através das suas descrições o drama das relações raciais na cultura brasileira. Antecipando-se às conclusões dos trabalhos da escola americana que anunciariam, em meados do século XX, que diferente da sociedade norte-americana, onde se baseava na hipodescendência, no Brasil vivia-se a experiência de um "preconceito de marca" (NOGUEIRA, 1998, p. 199), reconhecido pelo acúmulo de caracteres físicos, sociais e econômicos por um indivíduo. Sua descrição forneceu elementos sobre o modo como se processava as relações raciais no espaço do futebol brasileiro iluminando as características desse racismo de dupla face, revelando as proximidades entre cor, raça e classe social. O autor apontou que esta forma de discriminação em que as nuances cromáticas da pele contribuiriam para um futuro mais ou menos promissor nos moldes de um sistema econômico competitivo e excludente. Essa prática discriminatória ocorre a partir de um jogo narrativo no qual a linguagem ocupa um lugar decisivo, uma vez que é por meio dela que os recenseamentos e suas categorias ordenadoras são percebidos como integrantes de um sistema cultural mais amplo. Este tipo de preconceito variade intensidade conforme a mudança da cor negra: quanto mais escura é a cor da pele do indivíduo, mais ele sofre as consequências do preconceito de cor. Desse modo, "o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um *continuum* que vai de extremamente 'negróide', de um lado, ao complementarmente 'caucasóide', de outro" (NOGUEIRA, 1998, p. 199).

O preconceito de cor tem uma longa história entre nós⁴, tendo sido negado, mas também, em

3 O Palmeiras era a Associação Atlética das Palmeiras e não tem a ver com a atual Sociedade Esportiva Palmeiras.

4 No Brasil colônia, os portugueses usavam o termo negro não apenas para se referir aos de pele mais escura, como acontecia na Europa, mas para se referir aos escravos. Os índios, por exemplo, eram chamados de "negros da terra" para diferenciá-los dos negros da África. Na segunda metade do século XIX, entretanto, o termo "preto" passa a abarcar igualmente africanos e descendentes de africanos. "Negro" deixa de designar a "cor" e passa, paulatinamente, a ter um significado mais racial e pejorativo, ao contrário de "preto" que adquire um significado mais "neutro" (GUIMARÃES, 2008, p.22).

contradição gritante, objeto de lei que buscava coibi-lo. “Raça” e “cor” foram palavras que fizeram parte de um percurso histórico de reversão de sentido. Inicialmente usada pelos europeus para designar pessoas e povos de cor mais escura, a palavra “negro” tornou-se designação de pessoas e povos de *status* social ou constituição biológica vistos como supostamente inferiores, de escravos ou povos em condição de submissão forçada; num terceiro momento, serviu de autodesignação desses mesmos povos em seus movimentos de libertação colonial e de recuperação de autoestima (GUIMARÃES, 2008).

As características fenotípicas da “raça negra” passaram a ser objeto de classificação, gerando novas formas de representação da diferença. Servindo como mecanismos de produção de desigualdade e hierarquização, os sistemas classificatórios imprimem significados e marcam distinções na esfera social. Isso significa que as distinções não estão contidas na natureza das coisas ou dos seres. Na natureza, tomam-se diferenças para construir, através de oposições binárias, distinções sociais fundamentais. Desse modo, cada sociedade pode ser entendida como resultado ou marca das suas escolhas classificatórias. Todo sistema classificatório tem sua lógica interna e cada sociedade é, ao mesmo tempo, escrava e senhora do sistema classificatório que preside sua existência. A classificação não é uma essência e o social é sempre um processo de construção. Desvendar as maneiras e os significados dados às categorias de classificação de cada grupo ou sociedade é o ponto de partida para a compreensão do sistema como um todo, onde cada parte tem relação com outras partes e com o todo.

Guimarães (2008) sugere que, no Brasil, o termo *raça* é usado num sentido biológico, enquanto “classe” ou “homens de cor” o são num sentido social. A evolução terminológica ocorrida no Brasil no modo de autodesignação dos negros é, em parte, resultado da revolução identitária operada pelos negros em nível mundial, que se estendeu do final do século XIX a meados do século XX. As bases ideológicas dessa revolução foram plantadas pela (re)apropriação de dois termos científicos: *raça* foi ressignificado para designar uma comunidade histórica e espiritual transnacional, enquanto *cultura* foi apropriado como um quase sinônimo do primeiro termo para designar o conjunto das manifestações artísticas e materiais desse povo transnacional.

O que constituem os grupos raciais? O que faz a *raça*? Segundo Blummer (1958), é o próprio preconceito que constitui o grupo racial, pois este não teria existência independente de nossa percepção, sem estar relacionado ao nosso sistema de valores. O que ele chamava de “sentimento de posição do grupo” é a própria definição de um grupo racial em relação a outro, a sua constituição, as fronteiras que o preconceito expressa, delimita e sanciona. Blummer (1958) lista as seguintes características para definir o que é “sentimento de grupo”: 1) é o tipo de orientação (da ação) geral; 2) é um sentimento, mas não é redutível a sentimentos específicos, como ódio, hostilidade ou antipatia.

Logo, são essas características que alimentam o preconceito no Brasil ou as fronteiras que ele produz. Partindo da tradição sociológica de Chicago, Robert Park e Donald Pierson (1971) negaram a existência do preconceito racial ou de grupos raciais no Brasil. Franklin Frazier (1942) referiu-se ao preconceito de cor no Brasil, não muito diferente do preconceito ainda existente no interior dos grupos negros dos Estados Unidos da sua época.

Donald Pierson (1971), um dos pioneiros dos estudos de relações raciais no Brasil, chamou atenção para o fato de que esses grupos seriam classes e não castas, grupos abertos à mobilidade e, portanto, não propriamente *raças*. A mobilidade social dos mestiços exemplificaria a inexistência do preconceito de *raça*. Restava entender aquilo que ele chamou de preconceito de classe. Pierson sistematizou assim tal proposta:

a classificação [de cor] pode-se derivar, em parte, da aparência física; mas também é derivada da posse de um ou mais critérios de posição social; por exemplo realizações pessoais, ocupacionais ou educacionais, ou a acumulação de recursos econômicos (PIERSON, 1971, p. 35).

Marvin Harris (1956) acrescentou que esses grupos não se constituíam em grupos de descendência como as “raças” americanas e não tinham nem mesmo as mesmas regras claras de pertencimento e de transmissão de *status*. A ambiguidade seria a principal característica desse tipo de preconceito fundado sobre marcadores fenotípicos (cor dos olhos, formato do nariz e lábios, textura dos cabelos) e sociais (domínio de linguagem e etiquetas). A posição de Marvin Harris a respeito da ambiguidade do sistema de classificação racial no Brasil é a de que a classe do sujeito e a sua aparência física são apenas dois componentes, e podem variar de indivíduo para indivíduo, de tempo a tempo, experimento a experimento, observador a observador. Harris analisou que, no Brasil, a classificação de “cor” era determinada pela aparência física, as marcas fisionômicas e socioculturais, e não a origem e a ascendência.

Desse modo, inspirada em Blumer, Pierson, Frazier e Harris, formou-se uma corrente de pensamento que negava a existência do preconceito racial no Brasil. Para essa corrente de pensamento, o preconceito observado seria caracterizado como de “cor”, baseado num etnocentrismo europeu da simbologia das cores, ainda que modificado pela caracterização racista do século XIX, ou de classe, fortemente influenciado pelo status sociocultural (Guimarães, 2008).

Como esse tipo de preconceito operava no futebol, modalidade que surgiu no Brasil inclinado com os valores das classes mais abastadas economicamente e sucumbiu frente à participação dos populares? Esse processo ocorreu embebido de tensões através dos quais pode se interpretar indícios do “preconceito à brasileira” no desenvolvimento deste esporte em São Paulo. Dialogando com códigos de comportamento que identificavam as “classes”, Mazzoni (1950, p. 85) adjetiva a decisão da APEA em manter o futebol impermeável às camadas populares de “deplorável”, mas salienta que para a reconfiguração daquele espaço era necessário que os “populares” internalizassem os códigos de um comportamento adjetivado como “educado” e “civilizado”, por sua vez menos observado por ele junto a classe social do proletariado brasileiro.

Aqui podemos ter um bom exemplo daquilo que Nogueira (1998, p. 199) chamou de “preconceito de marca”. O acesso pelos “populares” aos locais de jogo era permitido desde que fosse observada a assimilação de determinadas “regras”, traduzidas como “marcas” de um comportamento ordeiro e civilizado ditados pela aristocracia da capital paulistana. Naquele início de século XX, o futebol se tornara um novo componente da modernidade europeia que não podia faltar aos anseios de atualização da elite brasileira e, por isso, “deveria ser praticado por pessoas de igual condição social e racial” (FRANCO JR., 2007, p. 63). Franco Jr. (2007, p. 63) ainda apresenta um trecho do *Jornal dos Sports*, do dia 6 de agosto de 1915, na qual se lê: “[se formos] obrigados a jogar com um operário [...] a prática do esporte se torna um suplício, um sacrifício, mas nunca uma diversão”.

Indícios de um racismo silencioso, em nenhum momento a justificativa do dissídio foi ancorada no “preconceito racial”, mas sim no “preconceito de classe”. Essa hipótese também foi reforçada por Rosenfeld (1993) quando sugeriu que o rompimento do Clube Paulistano com a associação existente – a Liga Paulista – e a fundação de uma nova liga – a APEA – cujo objetivo era fazer uma “seleção rigorosa”, já que exigia que as equipes que estivessem vinculadas a ela deveriam ser compostas por “jovens delicados e finos” e, portanto, podese melhor explicada por um tenaz conflito de classes que subsome à raça.

A promoção do futebol restrito à elite e preso aos valores do amadorismo, vivenciado como uma ideologia elitista, que autojulgava produtora e promotora do *fair play*, estava sendo esgarçado pela disseminação e popularização dos esportes. Os bairros populares vislumbravam a possibilidade de os clubes de futebol se converterem em uma forma de sociabilidade e de pertencimento, de aproximação entre iguais e de um centro estratégico para a manutenção de vínculos sociais associados às classes abastadas.

Para compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais, assim como as estratégias de distinção utilizadas para distinção do proletariado utilizamos a perspectiva de Norbert Elias, em coautoria com John Scotson, no livro “Os estabelecidos e os outsiders”, publicado em 1990. Para os autores, os grupos ligados entre si sob a forma de uma configuração entre estabelecidos e outsiders são compostos de seres humanos individuais:

o problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS; SCOTSON, 1990, p. 39).

Os autores descrevem no livro as tensões em uma pequena comunidade denominada Winston Parva, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, estes tratados como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor, tratando-os como pessoas que não se inseriam no grupo, como “os de fora”, em Winston Parva que “compunha-se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e outro era formado por recém-chegados” (ELIAS; SCOTSON, 1990, p. 21). Tomando este exemplo para refletir sobre as tensões dos primórdios do futebol paulistano relembremos que os estabelecidos eram aqueles que compunham a classe economicamente abastada da cidade que começava a ter que compartilhar com os recém-chegados jogadores de origem popular que desordenadamente passavam a ocupar o campo de futebol nas primeiras décadas do Século XX ameaçando o estilo de vida e o conjunto de normas até então vigentes.

Com isso, passava a vigorar dois modelos distintos de adesão à disseminação dos esportes: os abastados e os operários: “De um lado, as classes altas, preocupadas com o exclusivismo, o refinamento e a distinção. De outro as classes operárias urbanas, ávidas por eventos de massa, permeados de emoções à flor da pele, não raro com conflitos estridentes” (DAMO, 2007, p. 72). Alguns clubes de elite, percebendo os riscos desse enfrentamento aberto em relação ao qual só tinham a perder, negaram-se a participar das disputas constrangidas por uma “ética da distinção” (DAMO, p. 71).

Esta ética ilustrava as restrições à sociabilidade aberta praticada pelos clubes abastados diante do medo de arranhar o prestígio dado pela presença rotineira de proletários apresentando grandes performances no esporte. Os trabalhadores rapidamente começaram a organizar, em seu local de trabalho, seus próprios clubes. Era a união da fábrica com o futebol. Essa conexão, ressalta Antunes (1992), permitia aos patrões ter certo controle sobre os trabalhadores. Para os jogadores, um bom desempenho no campo de futebol passou, com o tempo, a ser também uma vitrine para a mobilidade interna dentro da fábrica.

Ressignificando seus valores e absorvendo os jogadores e clubes oriundos do “pequeno futebol” - do futebol de várzea -, os quadros dos clubes da elite não acompanharam a dissidência da APEA. Tais clubes revelavam os passos de uma etapa transitória do futebol que se afastava do amadorismo, por algum tempo ainda restritos aos jovens ricos e bem-nascidos garantindo-os certa exclusividade em praticarem o esporte (SILVA, 2008). Todavia, o futebol caminhava a passos largos rumo à popularização e profissionalização,

[...] nos primeiros tempos não eram aceitos rapazes que não fossem de boas famílias. Assim, um moço pobre, proletário, não tinha ingresso no futebol, esporte da elite! A democratização do “association” começara em 1914 de modo claro e positivo, mas ainda não para os jogadores de cor. E foi muita pena, porque justamente de 1912 a 1917, tivemos o apogeu do futebol “colored”. Extraordinários valores se perderam na Várzea, nos subúrbios, nos terrenos baldios onde crescia assustadoramente o pequeno futebol. (...)

Somente lá para 1917 tivemos as primeiras tímidas iniciativas. Um ou outro moreno apenas... Mas, a situação não poderia perdurar por muito mais tempo. Pena é que os extraordinários elementos de cor que abarrotavam os campos de terras vermelhas, já estavam em declínio... os anos iam passando... Em 1918 a bomba rebentou nos jornais.

Afinal de contas em que pé estamos? Jogadores de cor podem ou não podem jogar nos campos oficiais?, perguntavam os cronistas. (SILVA, 2008, p. 120).

De acordo com Pereira (2002), havia uma disputa entre os partidários do profissionalismo e aqueles que desejavam a continuidade do amadorismo como elemento de distinção entre cores e classes sociais. O futebol não podia mais prescindir do talento do jogador negro. Para que pudessem ter maior possibilidade de lograrem êxito nas contentas futebolísticas, era prudente que os clubes que não aceitavam jogadores das camadas sociais menos favorecidas passassem a rever seus valores e a contar com os jogadores de origem popular.

Franzini (2000) chama atenção para o fato de que o encontro de diferentes classes dentro de campo e em igualdade de condições, graças às regras do jogo, só poderia mesmo equivaler a um suplício para os detentores de posição privilegiada na sociedade brasileira da época. Em função disso, talvez não seja errado afirmar que os jogadores negros eram tolerados nos gramados dado que jogadores de qualidade técnica apareciam aos montes nos campos de várzea, mas, mesmo incorporados às equipes eram preteridos da vida social de determinados clubes.

Mais do que mera diversão, Silva (2008) salienta que o futebol se mostrava um negócio lucrativo ao produzir um aumento significativo das receitas dos clubes. Era preciso investir em bons jogadores e aumentar a chance de se formar uma equipe competitiva para o campeonato, também para que ele se tornasse atraente e assistido. Por isso, a busca por jogadores talentosos não podia restringir-se aos meios sociais mais abastados. Era necessário procurá-los por toda cidade. Até a institucionalização do futebol como profissão, “o conflito entre aqueles que defendiam o amadorismo e aqueles que queriam o profissionalismo perdurou por um bom tempo” (SILVA, 2008, p. 134).

Todavia, contrariando esse imperativo, há indícios de que o futebol dos clubes de elite resistia à atualização dos seus valores. Esses indícios ou vestígios, tomando como elemento central da crítica às fontes, permitirá entender o que os documentos revelam e qual o seu significado (BLOCH, 2001; GINZBURG, 2006; LEANDRO; PASSOS, 2001). Portanto, um desses indícios surgia partir de questionamentos de um clube paulista, cujo nome não foi apresentado, que requereu os pontos de uma partida disputada pela APEA porque seu adversário teria escalado jogadores pretos, que Mazzoni (1950) chama de “coloreds” (p. 120). A matéria publicada originalmente por Mazzoni (1950, p. 120) na revista “*Vida Esportiva*” é reveladora sobre o assunto:

OS JOGADORES DE COR

Em somente lendo o título bem sabemos que vamos tratar de um assunto talvez o mais repisado que temos tido e, que no entanto, ainda não obteve solução final.

Já há tempos, pelas colunas da “A Gazeta” de São Paulo, foi estabelecida uma polêmica cujo assunto é o que aqui tratamos e que apesar de durar quase um mês os debates nesta tão encrascada questão, nada de positivo se obteve.

Para ver se encontrávamos solução ao caso recorremos aos estatutos da A. P. S. A., onde infelizmente **não encontramos um artigo sequer que se relacionasse à questão**. Quer isto quer dizer que, se estávamos na escuridão, na escuridão ficamos.

Já não se falava mais em jogadores de côr, quando aparece um clube paulista muito cotado, a requerer da A. P. S. A. um inquérito a fim de conseguir exclusão de um jogador de côr, que participara em diversos jogos de um clube, também pertencente a divisão em que se achava o clube requerente. Acham isto louvável? Creio que não; porque os homens de côr, pela legislação brasileira, têm tantos direitos como os brancos.

A campanha a favor dos elementos de côr foi vitoriosa, a APEA teve que reconhecer que nada existia que impedisse a inscrição de futebolistas “coloreds”. [...]” (MAZZONI, 1950, p. 120).

A APEA surgiu de uma dissidência com a Liga Paulista por não aceitar o fato de a última contrariar os valores preconizados no momento da sua idealização: a manutenção da prática do futebol restrita a pessoas de condição social elevada e economicamente abastada. Ainda que a APEA tenha surgido com a finalidade de manter os valores do futebol associados às classes sociais mais elevadas, seu regulamento silenciava com relação ao tema racial. A crença na superação do preconceito “de cor” e a denúncia dos preconceituosos corroboravam para a construção da civilização brasileira no que diz respeito às questões raciais, como pode ser observado pelo otimismo explicitado pela matéria.

Além disso, a matéria revela a inexistência de qualquer documento formal que deliberasse sobre o fato de jogadores que a matéria chama “de cor” não poderem atuar em quaisquer equipes. Na matéria ainda se lê uma consonância entre o discurso jornalístico e o mito identitário da miscigenação no Brasil, que posteriormente seria assim explicitado por Darci Ribeiro:

O Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes do portugueses, e que, desfeitas e desfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos” (RIBEIRO, 2015, p. 98)

Um outro debate que era concomitante à popularização e conseqüente miscigenação do futebol foi o tema da eugenia. Schwarcz (2002) chama atenção para o discurso da eugenia que ganhava adeptos naquele final dos anos de 1920, período que “os “mestiços” passaram a ser divididos em “maus” e “bons”, assim como a “degenerescência obtida através da hibridação” deixará de ser pensada enquanto fenômeno irreversível” (SCHWARCZ, 2002, p. 215). A autora ainda destaca que apesar das diversidades de abordagens, “parecia amadurecer uma visão comum que entendia a eugenia como forma de ‘cuidar da raça’ e reverter o processo que levava à total degeneração” (SCHWARCZ, 2002, p. 216).

Fazendo uso de artigos médicos da época, Schwarcz (2002) apresenta as teses da época como do artigo “Do conceito de eugenia no habitat brasileiro” publicado em 1918 de autoria do prof. Dr. João Henrique que elucidava ao público as aplicações e vantagens da eugenia, a nova ciência que consiste em conhecer as causas explicativas da decadência das raças visando a perfeição física e intelectual da espécie humana e que a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte. O termo eugenia amadurece nos anos 20 quando “esse olhar médico dividirá a população entre “doentes e sãos”, ou melhor entre ‘regeneráveis e não regeneráveis’, impondo a esses dois grupos medidas absolutamente diversas” (SCHWARCZ, 2002, p. 232). A autora destaca que as atenções recaíam sobre os regeneráveis: “era preciso educa-los, incitá-los a casamentos desejáveis, evitar os maus hábitos e perversões” (SCHWARCZ, 2002, p. 232).

Um destes bons hábitos que deveriam ser educados para sanear o Brasil da degenerescência física passava pela prática de exercícios corporais: “parecia ser necessário um corpo saudável e atlético, ‘símbolo da regeneração física da nossa raça” (SCHWARCZ, 2002, p. 234). Pensada pelos eugenistas como um corpo homogêneo e saudável, a nação brasileira deveria passar por um processo acelerado de mudanças. Os esportes simbolizavam estes novos tempos.

O “falso amadorismo” foi uma das etapas pela qual o futebol passou na sua caminhada rumo à profissionalização. Para esse intento, como dito, não era prudente que os clubes prescindissem do talento dos jogadores de origem popular que, a partir de então, jogariam a favor das equipes que os contratassem, ainda que os contratos fossem de diversas formas escamoteado. A participação de jogadores populares nesse espaço elitista era inevitável. Isso não quer dizer que os clubes elitistas se conformaram com a popularização do futebol. Essas lutas entre o amadorismo e o profissionalismo escamoteavam o mote principal: “os conflitos entre os discursos raciais vigentes. O futebol era visto como um elemento de distinção para os *sportmen* e a profissionalização ameaçava esse status” (SILVA, 2008, p. 163).

Em 1925, em busca de “depuração e renovação” (MAZZONI, 1950, p. 197) que teve como estopim um gol irregular do adversário que motivou a perda do Campeonato de 1925 (STORTI; FONTENELLE, 1997), o Club Athletico Paulistano novamente rompeu com a APEA, em protesto e colocou-se claramente contra os caminhos da profissionalização que o futebol tomava, propôs a fundação da Liga de Amadores de Futebol, a LAF. Storti e Fontenelle (1997) se posicionaram sobre essa fundação:

1926: PAULISTANO VENCE SUA PRÓPRIA LIGA

Brigada com a Apea, a diretoria do Paulistano resolveu fazer o que sabia bem: criar uma nova Liga de futebol.

Em, 11/01/26, a entidade, denominada Liga de Amadores de Futebol (LAF), anunciava nos jornais que estava aceitando inscrições de clubes interessados em integrá-la.

A LAF surgia com sete ‘divisões’: primeira, segunda, terceira, universitária, corporações de classe, municipal e do interior.

Oito equipes, todas respeitáveis, se inscreveram, trazendo a credibilidade necessária para a entidade: Paulistano, AA das Palmeiras, Germânia, Antártica, Britânia, Independência, Paulista de Jundiaí e Atlético Santista (STORTI; FONTENELLE, 1997, s/p).

Todavia, a ordem do momento era a profissionalização. Em função disso, essa Liga não teve fôlego e não prosperou. Em 1929, os clubes da LAF forçaram sua adesão à APEA. A pacificação passou a reinar no futebol paulista. Com esse gesto, a LAF e o Paulistano, fiéis aos princípios do amadorismo, desapareceram pondo fim à cisão do futebol em São Paulo. O ano de 1929 foi sintetizado da seguinte maneira: “São Paulo consegue a unificação” (STORTI; FONTENELLE, 1997, s/p).

A respeito do conflito entre os partidários do amadorismo, do profissionalismo e da regulamentação do futebol, corrobora-se com Pereira (2002) sobre o fato de que a entrada de negros e mestiços em equipes de clube para as representarem em campeonatos ou seleção brasileira nunca foi formalmente proibida e que os conflitos em torno da defesa do amadorismo encobria o debate racial. O mesmo se pode pensar em relação a questão da popularização do futebol na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Nessa cidade, a configuração social que se formava produzia um estranhamento e apresentava uma multiplicidade de identidades. Afinal, conforme ressalta Sevckenko (1992), ela não era uma cidade de negros, tampouco de brancos e mestiços. Era tudo e nada ao mesmo tempo.

Conclusão

Diante das possibilidades cidadinas, o futebol proporcionava a realização de partidas que proporcionavam encontros, anunciava um novo estilo de vida e a manifestação de disputas simbólicas que atravessam os campos de jogo. Mesmos as fontes que relatam discriminação contra a presença de “homens de cor” no futebol, acabam por produzir muitos silêncios sobre os fatos e eventos narrados. Denúncias foram feitas contra clubes sem que seus nomes fossem revelados os documentos e atas nunca apresentados revelam os indícios de um racismo silencioso, dissimulado, à moda brasileira.

O “racismo à brasileira” residia nos obstáculos impostos, nem sempre explícitos, contra aqueles membros das camadas populares que começavam a vislumbrar acesso ao campo de futebol, antes restrito às elites econômicas. Constrangido pelo valor moral que reside na cultura nacional de que o racismo contraria os valores do “país mestiço”, as pessoas ou as instituições tendem a censurar as manifestações explícitas de preconceito, o que não exclui a formação de mecanismos tácitos de exclusão.

Todavia, o fato de não ter sido explicitado, não quer dizer que não existia. E este ponto se refere ao limite das fontes pesquisadas. Ao utilizarmos dois livros que possuem características jornalísticas acessamos uma das formas como o futebol foi representado por meio dos escritos de Thomaz Mazzoni e dos jornalistas Ivan Storti e André Fontenelle, este último livro possui um cunho mais enciclopédico e informativo da história do futebol paulista. Por isso, a ampliação para outros tipos de fontes poderia fornecer novas possibilidades de análise.

Em um país em que a raça tem aparência na classe, o racismo se reflete na estratificação social. No plano dos significados simbólicos fundantes da cultura, a manifestação e intensidade do racismo estão condicionadas à visibilidade dos traços negroides e, portanto, às aparências raciais ou fenotípicas do indivíduo. O preconceito de marca, diferente do preconceito racial de origem, agiria no sentido da preterição, e não da exclusão. A dificuldade em combatê-lo reside no fato que ele opera através de uma série de combinações classificatórias (classe, instrução, hábitos) que tendem a relativizar a importância da cor, dificultando assim a ocorrência de situações de conflito insolúveis ou atitudes de impasse devido a tensões raciais intransponíveis.

Talvez, por isso, seja mais adequado interpretar que a tensão sobre a popularização do futebol em São Paulo, além de outros elementos em jogo no campo esportivo, envolvia o debate racial no momento em que as classes sociais menos abastadas passavam a ocupá-lo. Esse racismo silencioso se manifestava naqueles clubes do início de século XX quando a participação dos jogadores de origem popular era restrita ao campo de futebol e distante da sede social dos clubes. A partir disso compreendeas barreiras que o proletário – classe social em que os negros, mestiços e brancos pobres eram maioria – enfrentou para ter acesso a um espaço restrito aos membros a uma classe social mais elevada. Assinalando a lógica desigualitária do país da “democracia racial”, a presença desse racismo silencioso e travestido por marcadores sociais revela os debates sobre a integração e a reafirmação de uma nação liberal e republicana, construída com as reminiscências dos valores oriundos de uma ordem escravocrata que se refletiam no futebol de São Paulo nas primeiras décadas do Século XX.

Referências

- ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda Abrahão. **O “preconceito de marca” e a ambiguidade do “Racismo à Brasileira” no futebol**. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Gama Filho., Rio de Janeiro, 2010.
- ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo**. 1992. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BLUMMER, H. Race prejudice as a sense of group positions. **Pacific sociological review**, I (spring): 3-8, 1958.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (De 24 de fevereiro de 1891), 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao9>1.htm. Acesso em 28 de maio de 2023.
- CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933)**. São Paulo: Ibrasa, 1990.
- DAMO, ArleiSander. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Aderaldo &Rithschild Ed., Anpocs, 2007.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FRANZINI, Fábio. **As Raízes do País do Futebol: Estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919 — 1950)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo, São Paulo — 2000.

FRAZIER, F. Some aspects for race relations in Brasil. **Phylon-review of race and culture**, III, 3, 1942.

GAMBETA, Wilson Roberto. (Org.). **Primeiros passes**: Documentos para a história do futebol em São Paulo (1897-1918). São Paulo: Biblioteca Mario de Andrade, Ludens, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. In: **Revista de Antropologia**, v. 47. São Paulo: USP, 2004.

HARRIS, Marvin. **Town and country in Brazil**. New York: ColumbiaUniversity Press, 1956.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Carmen Lúcia Brancaglione. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, v. 37, p. e74611, 2021.

MAZZONI, Thomaz. **História do futebol brasileiro**. São Paulo: Olympicus, 1950.

MENDES, Luiz Felipe Pereira. **Sport Club Germania**: Perfil de uma associação étnica em São Paulo entre 1899 e 1945. 2021. 67 f. TCC (Licenciatura em História) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

RIBEIRO, Darci. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global Editora. 3ª Edição, 2015.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo**: primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. **Revista USP**. São Paulo, n. 22, p. 30-37, 1994.

SILVA, Ana Paula. **Pelé e o complexo de vira-latas**: discursos sobre raça e modernidade no Brasil. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008.

STORTI, Valmir.; FONTENELLE, André. **A história do Campeonato Paulista**: 1902-1996. São Paulo: PUBLIFOLHA, 1997.

STREAPCO, João Paulo. **Cego é aquele que só vê a bola**: o futebol paulistano e a formação de Corinthians, Palmeiras e São Paulo. São Paulo: Edusp, 2016.